



## A LUTA EM DEFESA DA RESERVA DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES, EM RONDÔNIA<sup>1</sup>

Erasmão Soares Wandermurem<sup>2</sup>  
Renata da Silva Nobrega<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir os esforços empenhados pelo Assentamento Margarida Alves, em Rondônia, na defesa de sua reserva legal. Desde a criação do assentamento, em 1997, a reserva é alvo de disputas envolvendo diferentes interesses em torno dos seus usos possíveis, implicando agentes externos e do próprio assentamento, bem como famílias Sem Terras vulnerabilizadas por despejos forçados pela pistolagem. Para o desenrolar desta empreitada, foi realizada pesquisa bibliográfica, observações de campo e pesquisa documental, além da leitura de materiais que nos dão um panorama acerca das dinâmicas que se desenvolvem no Assentamento Margarida Alves.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Assentamento. Reserva legal. Conflitos sociais.

### INTRODUÇÃO

Este artigo volta-se para os esforços dos moradores do Assentamento Margarida Alves a fim de sanar os conflitos em torno dos usos de sua Área de Reserva Legal (ARL). Situado no município de Nova União, o referido assentamento foi criado em 1997, após a ocupação das fazendas Aninga e Fisher/Firasa por cerca de 250 famílias organizadas pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua área total alcança quase doze mil hectares. No processo de negociação, um entendimento entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MST deu origem à Reserva Legal em Bloco do P.A. Margarida Alves, com aproximadamente seis mil hectares, tornando-se a maior reserva da região nesta modalidade.

---

<sup>1</sup>Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

<sup>2</sup>Graduando do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: soareserasmo10@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: renatanobrega@unir.br

Desde sua implementação, a ARL do Margarida Alves vem apresentando desafios diários aos assentados, às suas entidades representativas, ao INCRA, aos órgãos ambientais e às forças policiais, como explicitado no Dossiê protocolado no Ministério Público Federal em Ji-Paraná (MST-COMEAFES, 2017). A primeira iniciativa oficial em torno do uso da reserva partiu da Associação de Produtores Alternativos (APA), com um projeto de manejo dos seus recursos naturais. Esta iniciativa teve pouca adesão entre os assentados e não avançou de forma satisfatória, encerrando-se em 2004 com a consequente falência da associação, período que coincidiu com a ocupação da reserva por um grupo de cem famílias sem-terra de organização independente, junto com estes somaram-se as invasões de madeireiros e grileiros profissionais com forte apoio político na região que extraíram, ilegalmente, quase toda madeira de valor comercial (OLIVEIRA; BURSZTYN, 2005). Quando essas cem famílias se retiraram, após tensa negociação com o INCRA, mais de mil hectares de florestas haviam sido derrubados. Foi um período de instabilidade na região, marcado por um assassinato cuja motivação foi atribuída, embora sem comprovação, ao conflito no local.

Ainda em 2004, com a perda de legitimidade da APA, os assentados criaram a Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços (COMEAFES). Anos mais tarde, partiu da COMEAFES a proposta de um projeto de manejo comunitário de madeira, dessa vez com a participação da maioria dos assentados. Após diversas negociações, em 2014, iniciou-se o manejo do primeiro bloco de 1500 hectares da reserva. Até a institucionalização do plano de manejo, a COMEAFES tinha feito inúmeras denúncias de invasões para retirada irregular de madeira e protocolou diversos ofícios alertando os órgãos responsáveis pela fiscalização da área sobre as contínuas ameaças.

A última etapa do plano de manejo foi aprovada em outubro de 2016, após a vitória da reserva, quando constatou-se que, dos seus quase seis mil hectares, pelo menos metade foi transformada em pastagem ou em mata secundária por invasores. Neste mesmo período, intensificaram-se novos focos de invasões, a ponto de ameaçar a execução do plano de manejo. Com o intuito de proteção da reserva, associado a expulsão forçada e sincronizada pela pistolagem dos acampamentos Sílvio Rodrigues, Egídio Brunetto e Hugo Chávez, situados originalmente em Alvorada do Oeste, Porto Velho e Cacaúlândia, respectivamente, e deslocados para Porto Velho e Ariquemes após a ação de pistoleiros. Se juntaram o interesse de proteção da reserva, com um lugar acampar e aguardar as soluções das áreas proposta para assentamento das famílias acampadas que a anos vinham reivindicando assentamento junto ao INCRA. Filhos de assentados do Margarida Alves juntaram-se ao novo acampamento, nomeado de Margarida Alves 2, reunindo 250 famílias. Em novembro de 2016, o conflito com invasores

alcançou um novo patamar, resultando em agressões a moradores que trabalhavam no manejo e ameaças de morte às lideranças que estavam à frente da cooperativa. A investigação policial resultou na prisão de dez pessoas e indicou a participação de policiais aposentados e políticos de um município vizinho na ofensiva contra a reserva. Os acusados foram indiciados por crimes ambientais, cárcere privado, tortura, entre outros.

Em 2017, diante desta sequência de conflitos que colocavam em risco não apenas um patrimônio ambiental de relevância regional, mas a própria integridade física das famílias assentadas e acampadas, constrói-se entre as famílias, INCRA e o Ministério Público Federal (MPF), a possibilidade de transformação da reserva em um assentamento que atenderia as famílias acampadas no Margarida Alves 2, ao passo que resolveria a questão ambiental que pairava sobre a Reserva. A proposta tem como prioridade a preservação das nascentes, o cultivo de alimentos sem veneno, a implantação de sistemas agroflorestais, a produção de leite no sistema de pastoreio racional, exploração da castanha, do babaçu, etc. Assim, esta seria uma “saída racional” antes que um provável saque da reserva por terceiros inviabilizasse a sua própria existência.

Para o MST, movimento social que tem a Reforma Agrária como pauta central de suas reivindicações, esta proposta contém uma dupla saída: a resolução de um grave conflito na área de reserva de um de seus maiores assentamentos, pacificando a região do P.A. Margarida Alves, e o assentamento de 250 famílias, algumas das quais vivem “debaixo da lona” há mais de uma década, aguardando a conquista de terra.

Este artigo traça um percurso histórico da longa jornada dos moradores do assentamento Margarida Alves para defender sua reserva legal, até chegar ao limite relatado acima. Para tanto, é traçado um panorama da colonização rondoniense, posteriormente, faz-se uma narrativa sobre a territorialização do MST na região, bem como o histórico do Assentamento Margarida Alves e do conflito socioambiental que se estabeleceu em torno de sua ARL. Ao longo da pesquisa, buscou-se conhecer como os assentados se comportaram, como buscaram alternativas e parcerias para viabilizar a continuidade da preservação da reserva em bloco. Também foram exploradas as dificuldades enfrentadas e quais as alternativas encontradas, bem como o posicionamento do Estado, as contribuições externas e internas e quais as lições que podemos tirar dessas experiências.

A pesquisa que originou este artigo teve caráter qualitativo, realizada por meio de pesquisa participante. Esta opção metodológica se justifica por permitir realizar reflexões historicamente situadas, analisando as situações e apresentando lições de aprendizagem para o presente, dentro de uma perspectiva da classe trabalhadora. Esse tipo de pesquisa permite um

engajamento nas lutas cotidianas (BRANDÃO; BORGES, 2007; THIOLENT, 1984), além de nos permitir um cuidado metodológico (DEMO, 2002). Durante a construção do trabalho foram realizadas pesquisa documental em torno de registros disponíveis no assentamento, referente aos órgãos envolvidos no processo.

## 1 A COLONIZAÇÃO RECENTE DE RONDÔNIA

Podemos caracterizar, grosso modo, que o processo de tomada<sup>4</sup> do território de Rondônia ocorre dentro de ondas migratórias precipitadas por alguns eventos que ocorriam dentro do cenário local, nacional e mundial, que tornava a região atrativa do ponto de vista de sua ocupação.

Cotinguiba (2014), ao tratar desse processo, fornece uma divisão metodológica de fases: imperial, colonial e republicana, nas quais, por distintas razões, emergem ondas migratórias para a região.

É importante destacar, todavia, que a emergência de Rondônia como uma região politicamente determinada, ocorre no ano de 1943 com assinatura do Decreto-Lei 5.812 que a alçou a categoria de Território Federal sob a denominação de Guaporé. Posteriormente, no ano 1956, o Território viria a ser chamado de Rondônia em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (COTINGUIBA, 2014) e, finalmente, elevado à categoria de estado em 1981. Neste sentido, são três os eventos principais que marcaram o símbolo de tomada do território e que dão a configuração daquilo que é hoje o estado.

Em um primeiro momento, destaca-se a construção do Real Forte Príncipe da Beira em 1776 (COTINGUIBA, 2014), cujo objetivo se assentava na expansão do território português ultramarinho, delimitando, conseqüentemente, as fronteiras entre Portugal e Espanha na América, cuja fração ideal já houvera sido debatida em alguma noite regrada a álcool na cidade europeia de Tordesilhas no ano de 1494. Restava a construção do *uti possidetis*<sup>5</sup>, princípio forjado no Tratado de Madri de 1750 (CINTRA, 2012), que valeria para os invasores de terras longínquas e não para os povos que aqui já viviam, obviamente. Nada melhor, portanto, do que a construção de um Forte para ilustrar o imaginário da terra possuída e dominada, rendendo-se aos caprichos de sua excelência o branco, europeu e civilizado.

---

<sup>4</sup> Preferimos utilizar o termo “tomada” em razão do território já estar ocupado por diversos povos indígenas e, portanto, a colonização deste espaço foi a tomada de terra daqueles que já a habitavam anteriormente.

<sup>5</sup> Em tradução literal “*tal como possuiis*”, ou seja, o direito deveria respeitar a posse.

Tal dinâmica foi protagonizada pelos bandeirantes e sua sede insaciável por ouro; os jesuítas, guiados pela inabalável missão de fé de recrutar novos fiéis; os indígenas, que deveriam escolher entre a cruz e a espada; e os negros escravizados que, sobretudo, eram os pés e as mãos de seus senhores.

A segunda onda migratória decorre da descoberta da valiosa importância da seiva da seringueira para a indústria: o látex. Teixeira pontua que:

a ocupação foi efetivada a partir da descoberta da borracha na segunda metade do século XIX. Os índios já conheciam a elasticidade da borracha que extraíam de seringueiras para a produção de manufaturados. Mas, foi a utilização desta matéria-prima (*Hevea brasiliensis*) nativa da Amazônia pelas indústrias estrangeiras que movimentou a economia e aumentou a migração. E assim se iniciou o ciclo da borracha decorrente da grande demanda externa pela goma elástica (TEIXEIRA, 2015, p. 19).

De fato, a extração da borracha da seringa significou um importante fluxo de pessoas, principalmente do Nordeste, para o coração da selva amazônica. Inclusive, delimitou as atuais fronteiras entre Brasil e Bolívia. A este respeito Silva narra que

dado a importância econômica da borracha no mercado mundial, o interesse pela extração do produto com a consequente migração de pessoas para o Estado aumentou significativamente. Assim como influenciou diretamente na delimitação das atuais fronteiras brasileiras. Ora, o território percorrido pelos seringueiros para a extração do látex também abrangia terras pertencentes à Bolívia o que levou a uma série de conflitos entre brasileiros e bolivianos. Tal conflito foi dirimido em 1903, quando o Brasil já vivia sua fase republicana, com a assinatura do Tratado de Petrópolis no qual o Brasil anexou o território boliviano que hoje corresponde ao estado do Acre se obrigando, para isto, a pagar uma quantia em dinheiro bem como a construção de uma ferrovia para contornar a parte não navegável do Rio Madeira, fornecendo, neste sentido, uma saída para o mar para a Bolívia (SILVA, 2018, p. 46).

É novamente o homem branco e civilizado fazendo a floresta se render ao desejo de expandir seus negócios. Para tanto, construíram uma estrada de ferro no meio da selva, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré Contiguiba, responsável pela seguinte abordagem teórica:

A construção da Ferrovia é, indiscutivelmente, um dos símbolos locais da formação de Rondônia. A EFMM, mesmo marcada por uma gama de contradições, opera no plano da representação coletiva como um mito fundador ou mesmo um mito de origem, que liga o antes, o agora e o porvir. Nesse sentido, esse momento histórico tem lugar central na história da região e é, também, um acontecimento relevante para a história nacional. Do ponto de vista da mobilidade humana, com a construção da EFMM, milhares de trabalhadores foram deslocados para a região e muitos morreram ao longo de quase seis anos, num episódio considerado desastroso econômica e humanamente (COTINGUIBA, 2014, p.61).

Entretanto, o evento que mais contribuiu para a aceleração da tomada do território é a criação da BR-364. A sua construção abre o estado de sul a norte para a vinda dos forasteiros que viriam da região centro-sul e nordeste do Brasil. “A estrada conectaria Rondônia ao centro-sul do país, retirando-a do relativo isolamento terrestre de então” (NOBREGA, 2016, p.57), de tal sorte que os municípios mais populosos se concentram ao longo desta rodovia.

Conectados com a abertura da citada rodovia, estavam as ações da ditadura civil militar brasileira para a região amazônica, pautada na exploração de recursos naturais e na ocupação das terras por migrantes, intensificando conflitos em torno dos territórios dos povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Como bem pontuou Picoli:

O projeto econômico militar implantado no Brasil em 1964 foi a concretização do plano capitalista mundial de expansão e acumulação. A região amazônica usada pelas esferas econômica, militar e política, transformando-se, assim, em área de livre movimento dos projetos econômicos. (PICOLI, 2005, p. 53).

Neste período, destaca-se a política de incentivo à migração, com a atração de centenas de milhares de migrantes deslocados principalmente do sul e sudeste, a fim de esvaziar os conflitos agrários nestas regiões (IANNI, 1979). A colonização veio acompanhada de uma ideologia de devastação e “busca pelo progresso a qualquer custo”, incentivado por meio de políticas públicas que tiveram um enorme impacto no desmatamento na região e atingiu de forma intensa Rondônia.

Com o deslocamento de grandes grupos econômicos para a Amazônia e da migração massiva de trabalhadores rurais, os conflitos com os povos da floresta estavam anunciados. Desde que a região amazônica começou a ser invadida por fazendeiros do centro-sul em busca de terras para transformá-las em pasto, uma verdadeira guerra passou a existir entre grileiros de terra e indígenas:

Os primeiros contatos com a sociedade envolvente, a partir dos anos 50, foram marcados pela violência sangue e mortandade em massa, porém outros contatos amistosos, se deram em 1968, pela FUNAI, com objetivo de contatar os índios para neutralizar sua resistência, com vista a expansão da área e o capital de grandes grupos econômicos e seus projetos. (BASSEGIO; PERDIGÃO, 1992, p. 31).

O processo de colonização do estado de Rondônia teve uma influência direta do projeto político do Estado nacional para a região, com vários ciclos e com maior intensificação a partir do golpe militar. Na tentativa de integração do país, áreas mais isoladas e com um certo incentivo por parte do estado ao processo colonização, propagandeado pelos meios de comunicação e por ações práticas que foram alardeadas pelas pessoas que vieram até aqui:

Embora entendamos que as transformações na fronteira rondoniense passam a ser ideologicamente planejadas já com o golpe de 1964, é com o projeto integrado de colonização (PIC Ouro Preto), em 1970, que o processo migratório inicia-se de forma intensa. Embora já houvesse planos estabelecidos para a ocupação da fronteira, e com o PIN (plano de integração nacional) que tais planos foram materializados. E especificamente para o caso de Rondônia, tem importância também a abertura da BR 364 para o tráfego apenas no final de 1968. (SOUZA, 2011, p. 49).

A migração para Rondônia na busca de ter o acesso à terra para que pudesse se desenvolver, buscar melhores condições de vida, ter onde morar e retirar o sustento da família, foi o que motivou grandes levadas de migrantes, incentivados pelos meios de comunicação, se lançando para Rondônia sem mesmo conhecer a região. A abertura da BR364 possibilitou a chegada de um grande contingente de pessoas sem terra, muitas das quais não foram atendidas pelo processo de colonização e ficaram no sonho de um dia ter um pedaço de terra.

Inicialmente o processo de colonização foi coordenado por colonizadoras privadas, como a Calama, e depois assumido pelo Estado por meio do seu órgão oficial, INCRA, que criava o projeto de colonização, demarcação dos lotes e sorteio. Muitos dos que aqui chegaram tiveram que percorrer grande parte do percurso de acesso aos lotes por picadas com cacaios<sup>6</sup> nas costas na busca por manter um pedaço de terra. Devido à dificuldade de suportar a malária, muitas famílias voltaram a seus estados de origem, outras se adaptaram a viver no campo, com idas e vindas constantes aos hospitais para o tratamento de malária.

No centro sul “Revistas e jornais de grande circulação veicularam anúncios de página inteira sobre possibilidades de investimentos e incentivos fiscais para o empresariado interessado em explorar recursos minerais ou a pecuária extensiva” (NOBREGA, 2016, p. 61) em Rondônia. Essa campanha publicitária elevou o fluxo migratório para o estado. O Estado de Rondônia passa de um contingente de 111.064 habitantes, no ano de 1974, para 1.130.874, no ano de 1991.

Esta dinâmica de inchaço populacional, somada à distribuição de terras por empresas privadas, como a Calama já citada anteriormente, tornará o campo rondoniense em um verdadeiro barril de pólvora. A pistolagem<sup>7</sup> determinará o processo de ocupação da terra, propiciando, por um lado, a concentração de terra em mãos de um seleto grupo que deterá as melhores terras, por outro lado, a existência de um número considerável de contingente sem-

---

<sup>6</sup> Saco amarrado com uma alça, que fica como uma mochila, serve para transportar objetos ou alimentos nas costas, muito usado no início da colonização. Alguns eram até mesmo molhados no leite da seringa, tornando-se impermeáveis, o que facilitava o transporte na época da chuva.

<sup>7</sup> Milícias armadas que são pagas pelos proprietários para se manter grandes propriedades privadas.

terra, que vagará pelos rincões do estado atrás de um pedaço de chão para dela retirar o seu sustento.

É justamente, neste contexto, que surgem os movimentos de luta pela terra no estado, organizando essas famílias, que partiram de seus estados de origem em busca do sonho da terra e que, no entanto, foram condenadas a morrer pela bala da pistolagem ou a viver nas adjacências periféricas das cidades recém-formadas, bem como de meeiros nas médias propriedades.

## **2 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MST EM RONDÔNIA**

Diante do exposto no item anterior, faremos agora uma aproximação do nosso objeto de pesquisa, apresentaremos a partir do acumulado na luta pela terra, o processo de territorialização do MST na região, que compreende os municípios de Ouro Preto do Oeste, Nova União e Mirante da Serra, localizando estes dentro de três grandes fases, que sintetizam o processo de territorialização do MST em Rondônia de 1984 a 2019.

O primeiro período é compreendido como a *gestação* do MST, que vai de 1984 a 1989. Tal período foi marcado pelos primeiros contatos com as diferentes lideranças (sindicais, partidárias, religiosas e camponesas) que, de uma certa forma, estavam envolvidas na luta pela posse da terra. Estes contatos vão se transformar em uma rede de articulação da luta pela terra, materializada, em 1998, no acampamento 25 de julho em Espigão do Oeste, com a ocupação da fazenda Seringal, com 500 hectares de terras, vindo a ser conquistada em abril do ano seguinte, assentando 390 famílias.

O segundo período é compreendido como a fase do *planejar, executar e fazer* a luta pela terra dentro de uma concepção estratégica, que vai de 1990 a 2002. Esse processo possibilitou que o MST obtivesse, ao longo de 12 anos, quatro grandes conquistas na região aqui estudada, sendo elas o assentamento *Zumbi, Palmares, Margarida e Pe. Ezequiel*, assentando cerca de 1000 famílias.

Com isso, o MST se consolida como um movimento de grande relevo na luta pela terra, e contra o latifúndio, se territorializando na região, que engloba os municípios de Ouro Preto do Oeste, Nova União e Mirante da Serra. Ao tratar desse processo de territorialização, Souza faz a seguinte referência:

Desde a fundação do MST em Rondônia, contudo, entendemos que ocorreu um processo de territorialização camponesa a partir dos assentamentos criados em várias regiões do estado, estas áreas ainda que inseridas em uma disputa desigual pelo território com o latifúndio e o próprio estado/capital, tem conseguido resistir no

processo de construção de um espaço de produção e de vida no estado. É certo que tal disputa é desigual, mas alguns territórios camponeses tem sido consolidado e buscam transformar as relações sociais econômicas e políticas regionais. (SOUZA, 2011, p. 293).

Com estas conquistas, o MST democratizou o acesso à terra, fez cumprir os princípios da função social, colocando estas áreas a serviço da sociedade com a produção de alimentos e efetivando o princípio da dignidade da pessoa humana, pois, ao passo que se conquistava a terra, se conquistava a casa, a escola, o trabalho etc. Também contribuiu com o desenvolvimento de toda uma região, pois são mais de 1000 famílias que passam a produzir diversos produtos da agricultura e os transacionam no mercado local (como é o caso das feiras agroecológicas e da festa camponesa), regional (como é o caso do leite e do gado) e nacional (como é o caso da participação destas famílias na feira nacional da Reforma Agrária que acontece em São Paulo).

O terceiro e último período é compreendido como a fase de estagnação da reforma agrária e hegemonia do agronegócio, associada à reorganização do capital na agricultura, colocando a terra dentro de uma dinâmica econômica voltada para o mercado internacional.

Nesta fase, a estrutura agrária do estado passou – e vem passando – por grandes transformações. A terra, que antes não tinha um papel central na economia brasileira e não era tida como um ativo econômico, passa a desempenhar um papel estratégico na balança comercial e a ser um bem cobiçado pelo capital financeiro como forma de sua reprodução na agricultura.

A produção de commodities agrícolas, os investimentos com destaque para a soja, a pecuarização acelerada (sendo esta a grande locomotiva e responsável pela a reconfiguração das forças políticas locais) associados aos grandes projetos em infraestrutura, promovem o confronto direto com os movimentos de luta pela terra.

Esta lógica de uso da terra disputa com os movimentos sociais o modelo de agricultura, tendo como vitrine as Agrishows (feiras agropecuárias), promovidas pelos médios e grandes proprietários de terras em parceria com o poder público; e a Rondônia Rural Show, promovida pelo o governo do estado.

Outra frente de manutenção dos interesses da elite, foi a mobilização da máquina jurídica do Estado no campo legislativo com a produção de leis, decretos e portarias propostas pelos representantes do agronegócio local no parlamento estadual e nacional, atrelado a um judiciário, tanto no âmbito estadual como nacional, que aplicam tais medidas jurídicas sem levar em conta as questões sociais e humanas embutidas no interior destes conflitos.

Todos esses processos colocaram a possibilidade do avanço da reforma agrária e da luta pela terra na berlinda, impondo aos movimentos sociais um período de enormes dificuldades, que se iniciou em 2002 e ainda se arrasta até os dias atuais.

### **3 RESERVA EM BLOCO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES: PARA QUÊ? E PARA QUEM?**

O presente item e último deste trabalho de conclusão de curso, será guiado pelo título acima, que foi cuidadosamente e propositalmente pensado com o objetivo de narrar a saga dos últimos 20 anos das famílias assentadas no Margarida Alves no tocante ao pensamento originário sobre o uso da Área de Reserva em Bloco. Na primeira indagação, “para quê?”, será abordada a concepção coletiva sobre o uso da reserva e as consequências da luta pela preservação e controle da área. Na segunda indagação, “para quem?”, apresentaremos o comportamento do Estado, representado pelos órgãos de fiscalização e controle, que deixam dúvidas sobre o destino da área de reserva em bloco.

#### **3.1 Reserva em bloco no contexto da construção do assentamento**

Como já trabalhado no segundo capítulo, o assentamento Margarida Alves é fruto de um processo de lutas que tinha como estratégia derrotar o latifúndio da região. Esta conquista também foi possível devido ao ascenso da luta pela terra que se deu de 1990 a 2002.

Em setembro de 1996, dando continuidade à sua estratégia de luta na região, o MST organiza o acampamento Margarida Alves no núcleo urbano do município de Nova União, que chegou a ter 130 famílias.

O latifúndio escolhido pelas famílias para ser demandado, pertencia ao grupo Aninga e Fisher/Firasa. Este grupo era muito conhecido na região devido à brutal violência empregada para coibir as tentativas passadas de ocupação da área. Este comportamento violento reverberava na própria relação com a comunidade local. Relatos de moradores da região dão conta de que era comum a exposição e até uso de armas de fogo em partidas de futebol disputadas entre o time da fazenda e os times das comunidades vizinhas.

Mesmo diante de toda a adversidade, pois era uma experiência nova organizar acampamento dentro da cidade, o MST ocupou a área pretendida e conquistou os 11.892,1937 hectares que formavam a propriedade da fazenda, garantindo terra para 258 famílias. Estas

passaram a discutir a melhor forma de antropização da área tanto da questão agrícola e ambiental.

Fruto de todo um estudo sobre a melhor forma de uso da área, as famílias decidem que uma parte, com cerca de 5.782,7103 hectares, seria destinada para a reserva florestal em bloco<sup>8</sup>, e a outra parte, correspondente a 6109,4834 hectares, seria destinada a atividade agrícola, para as 258 famílias assentadas.

A demarcação foi feita respeitando o resultado das discussões das famílias, em que uma parte optou pela forma tradicional<sup>9</sup> e, outra, pelo formato de agrovila<sup>10</sup>. Nesta última modalidade, se discutiu, também, que cada família destinaria uma parte da sua propriedade para a criação de uma área social<sup>11</sup>.

Neste sentido, a reserva em bloco foi criada em sintonia com a legislação ambiental da época (Lei nº 7.803/1989), sendo algo inovador em assentamento de reforma agrária, pois a prática corriqueira era a de deixar a fração ideal de cada reserva no fundo de cada lote, onde, em muitos casos, por falta de um debate ambiental de novo tipo e sem ver a floresta em pé como um espaço que pudesse servir como fonte de complementação de renda, os proprietários avançavam sobre a reserva, comprometendo o equilíbrio do meio ambiente.

Para a gestão e preservação da reserva, estava claro que a tarefa das famílias seria a de monitorar e comunicar o órgão imediato de controle, o INCRA, o órgão fiscalizador, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os órgãos com poder de polícia, Polícia Ambiental (PA), Polícia Federal (PF) e o MPF, toda vez que a reserva estivesse sobre risco pela ação humana ou por fenômenos naturais. Em contrapartida, a responsabilidade do INCRA era a de acionar o aparato do Estado para garantir a preservação e integridade da área, conforme previsto no Contrato de Concessão de Uso (CCU), que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter de uso provisório, sendo o INCRA o titular da área.

Em resumo, as expectativas de uso da reserva giravam em torno de: (i) manter a diversidade natural, manter o equilíbrio do meio ambiente e assegurar o direito difuso da coletividade; (ii) proporcionar educação ambiental por meio de atividades de formação; (iii) conservar os recursos hídricos, pois o abastecimento de água do assentamento e da cidade

---

<sup>8</sup> Área de uso comum.

<sup>9</sup> Forma aplicada pelo INCRA que padroniza o formato dos lotes, sem levar em conta o melhor uso dos recursos disponíveis.

<sup>10</sup> Modelo elaborado pelo o MST – RO e aplicado em todos os seus assentamentos, levando em conta o melhor uso dos recursos disponíveis e a melhor forma de receber a infraestrutura futura.

<sup>11</sup> Espaço onde se encontra a escola, as estruturas religiosas, barracão de associação, cooperativa, espaço de lazer, recreação e etc.

dependem das nascentes que ali estão; (iv) proporcionar recreação, pois no interior da mesma se encontra uma bela cachoeira; e (v) ter esta como fonte de complemento da renda familiar.

Entretanto, a cultura do desmatamento e da invasão de terra pública herdada do nosso processo de colonização, associada à morosidade do Estado, transformou as vidas das famílias do assentamento em um verdadeiro inferno, produzindo um histórico de violência contra aqueles e aquelas que dedicaram suas vidas para não ver a mata arder em chamas, a terra em convulsão e as águas como cemitério da fauna.

### **3.2 Reserva em bloco: a busca pelo uso comunitário e os desafios atuais**

O Assentamento Margarida Alves criado em novembro de 1997, conforme PROCESSO/INCRA/Nº1.365/96-41, em 2004 as invasões e saques de madeira na reserva do assentamento já era uma realidade, com registro de um assassinato (MST-COMEAFES, 2017, p. 1). Por não ter uma pessoa jurídica que agregasse todas as famílias, as mesmas buscaram as entidades parceiras como formas de começar a dar uma utilização coletiva para a área e coibir a presença de invasores.

A **primeira tentativa** de uso comunitário da reserva se deu por intermédio da Associação dos Produtores Alternativos (APA), que já tinha uma atuação com as famílias assentadas e afinidade no tema ambiental. Esta tentativa ocorreu de 2004 a 2006.

Esta parceria foi frustrada por conta da represália dos invasores que declararam uma verdadeira guerra contra a iniciativa, valendo-se de todos os mecanismos para comprometer a mesma, promovendo sabotagem, ateando incêndios criminosos, saqueando madeira e colocando em risco a integridade física das pessoas envolvidas. Tudo isto produziu um conjunto de situações que inviabilizou o projeto.

Em 2006, com a consolidação da Cooperativa Mista Extrativista Ecologismo, Agricultura Familiar e Prestação de Serviço (COMEAFES), as famílias fazem sua **segunda tentativa** no sentido de promover ações que aproximassem as famílias da reserva, para que estas pudessem apoderar-se deste espaço em disputa, colocando-se a serviço da coletividade nos momentos de tensão.

Conforme objetivos estabelecidos pela cooperativa, a ideia era organizar a linha de produção do assentamento por meio do melhoramento genético dos animais. Organizar o sistema de cooperação da produção de leite, por meio da construção de uma agroindústria e da comercialização (ARAÚJO, 2015, p. 89-90), estimular o plantio agroflorestal, promover o

ecoturismo com o objetivo de transformar aquele espaço em um espaço de lazer e recreação, e, por fim, retomar o debate sobre o plano de manejo na tentativa de coibir o saqueio de madeira.

Em relação ao manejo, a cooperativa requisitou do INCRA e da SEDAM (MST-COMEAFES, 2017, p. 4-5) todo o material produzido e já protocolado nos respectivos órgãos. Após 7 anos de idas e vindas e vencidas a burocracia administrativa, a cooperativa obteve em 2013 a primeira autorização do INCRA que permitiu protocolar o plano de manejo na SEDAM, realizando a exploração nos anos de 2014 a 2015 e, a segunda autorização, em 2016, explorando em 2017. Mas até chegarem a esse momento, as famílias do assentamento Margarida Alves já possuíam em seu histórico um vasto registro de invasões da reserva. Os ofícios encaminhados para a Polícia Ambiental, SEDAM e operações da Polícia Ambiental datadas entre 2006 a 2016, dão conta da luta constante das famílias na defesa daquele patrimônio natural. (MST-COMEAFES, 2017, p. 6-7)

A operação Terra Legal da Polícia Militar, deflagrada em 2016, é tida como o símbolo no combate a este tipo de crime, sendo uma espécie de abertura da caixa de pandora que viria a ser aberta de fato em 2017, com a segunda fase da operação, batizada de Terra Roxa. Operação deu folego breve, mas não encontrou os invasores dentro da área, haviam evadido do local, posteriormente foram identificados com o desdobramento da operação.

O manejo florestal comunitário foi criado para atender uma grande demanda, pois seria uma forma de coibir a prática do roubo da madeira e a demanda dos assentados, que buscavam algum retorno financeiro da reserva, por isso gerou expectativa de ter alguma renda que beneficiassem diretamente os assentados na forma de manejo comunitário coletivo. Foi necessário uma série de articulações para que o projeto, que tinha como objetivo combinar a proteção da reserva e a complementação de renda econômica para as famílias, pudesse se tornar realidade.

Entretanto, mesmo diante da execução do manejo, o saqueio da reserva continuava. O processo de retirada de madeira pelos invasores de forma clandestina criou um ritmo de apropriação individual da natureza, rápida e acentuada. Quando a SEDAM fez uma das vistorias, suspendeu parte do manejo, pois não havia mais possibilidade de extração, dado a quantidade de madeira roubada.

Ainda na vigência do manejo, no ano de 2016 e início de 2017, os acontecimentos iriam mudar o rumo da história<sup>12</sup>, transformando aqueles e aquelas, que ao longo dos últimos 20 anos

---

<sup>12</sup> A chegada dos acampamentos Silvío Rodrigues e Hugo Chaves, e os espancamentos, tortura a cárcere privado de alguns assentamentos e acampados.

lutaram pela preservação da floresta, em culpados e culpadas por sua ousadia em lutar para salvar aquele território.

Ao mesmo tempo em que as famílias do assentamento lutavam pela manutenção do seu território, outras famílias distantes dali, faziam a luta para conquistar um pedaço de terra, seguindo os passos destas primeiras. Estas famílias estavam organizadas nos seguintes acampamento:

### **Acampamento Silvio Rodrigues**

Cerca de 70 famílias que estavam acampadas às margens da rodovia que liga Presidente Médici à Alvorada, há mais de oito anos à espera da vistoria que deveria ser feita pelo INCRA nas terras de propriedade da Agropecuária Rio Ricardo Franco, também conhecida como área do Italiano. O Acampamento Sílvio Rodrigues é o exemplo claro de que as pessoas que estão debaixo da lona preta em condições precárias esperam providências do Estado para que este faça cumprir a função social da propriedade.

### **Acampamento Hugo Chaves**

Cerca de 100 famílias acampadas desde 2013 no município de Ariquemes. Estas estão aflitas e assustadas com a onda de violência deflagrada contra as mesmas. Não é a primeira vez que este acampamento vem sendo ameaçado por parte de pessoas desconhecidas vinculadas à fazenda Nova Vida no município de Ariquemes. Lideranças do MST, bem como das famílias ligadas ao Acampamento, já registraram Boletins de Ocorrência na polícia denunciando as ameaças sofridas por parte deste latifúndio. Em 2015, a Comissão Pastoral de Terra (RO) acompanhou uma dessas denúncias na delegacia agrária em Porto Velho. Desta vez, a violência proferida por pouco não resultou em mais um derreamento de sangue, pois os jagunços invadiram o acampamento atirando nos barracos e dando golpe de coronha na cabeças de vários acampados, ferindo mais de 03 pessoas. No dia seguinte, os pistoleiros voltaram a disparar tiros contra o acampamento. Os acampados foram despejados por estes pistoleiros e jogados em um ginásio de esporte em Ariquemes.

### **Acampamento Egídio Brunetto**

Cerca de 70 famílias que vivem no Acampamento Egídio Brunetto desde 2013. Estas estavam acampadas nas beiras da fazenda Morro Velho, próximo à vila de Nova Mutum Paraná, entre Jaci Paraná e União Bandeirantes. A área com 2.196 hectares de propriedade do, à época, deputado e presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Valter Araújo, é

objeto de conflito agrário desde 2010, e foi arrolada em investigações da Operação Termópilas da Polícia Federal, em 2011, que culminou na decretação de prisão do deputado. Estas famílias também sofreram um ataque violento no acampamento. O ataque foi realizado por cerca de 10 homens acompanhados de um dos irmãos do deputado, ocorrendo da mesma forma na maioria dos ataques paramilitares contra camponeses Sem Terra no estado de Rondônia, cuja incidência têm se intensificado.

Diante deste quadro de calamidade social e violações em que estavam os três acampamentos e das tentativas frustradas e insuficientes em continuar sozinhos a luta pela preservação da reserva, o MST faz a seguinte mediação: transferir as famílias acampadas para o assentamento Margarida Alves, no sentido de ter um espaço para trabalhar, continuar de forma mais segura a luta pela terra, retirando estas da perseguição da pistolagem. Em contrapartida, estas famílias acampadas ajudariam o assentamento a cuidar da reserva, visto que o assentamento ainda fazia a exploração do segundo talhão do manejo. Essas mudanças configuraram a **terceira** tentativa do assentamento Margarida Alves em fazer a defesa da reserva.

Os acampamentos se deslocam para os limites da reserva. Enquanto se organizam os barracos, as famílias assentadas continuam o trabalho do manejo florestal. Mas novas ações violentas contra os três acampamentos (batizados de Margarida Alves II), sendo elas ações de caráter paramilitar e institucional, seguidas de tentativas de invasão da reserva e de violência contra pessoas, viriam a ocorrer.

A primeira delas se dera de forma simultânea. Um grupo de 20 homens encapuzados, fortemente armados, invadiram o assentamento Margarida Alves, tendo alvos certos, o acampamento Margarida Alves II e as pessoas que trabalhavam no manejo florestal. Enquanto um grupo aterrorizava as famílias no acampamento, em uma ação coordenada e sincronizada, outro grupo sequestrava 4 pessoas que trabalhavam no manejo florestal em um trecho ali próximo, fazendo a coleta de castanhas e piqueteando algumas árvores (serviço de praxe em manejos deste tipo). O grupo de trabalhadores era composto por três acampados e um assentado que, por questão de segurança, não terão seus nomes divulgados. As fotos que compõem o Dossiê (MST-COMEAFES, 2017, p. 13) e comentários da Polícia Militar que chegou ao local, momentos depois, dão conta do arsenal bélico e do poder de fogo que tinha o grupo.

Era um dia de semana o que tornou a ação dos invasores ainda mais cruel e covarde, pois eles sabiam que naquele horário os homens estariam nas roças trabalhando distantes dali e que encontrariam o acampamento apenas com as mulheres, crianças e idosos. Enquanto isso, o grupo que sequestrou os trabalhadores manteve estes sob cárcere privado e tortura por mais de

quatro horas dentro da mata, conforme registrado na ocorrência policial Nº 941-2916 na 1ª delegacia de polícia civil de Ouro Preto do Oetse.

Antes de deixar as mediações do assentamento, o grupo registrou ameaças contra várias pessoas do assentamento. Por motivo de segurança, não vamos expor nomes, mas as ameaças estão escritas nas motos que estavam com os quatro torturados e nas árvores no interior da reserva.

Depois de uma ampla campanha de divulgação do caso e das denúncias feitas pelo MST nos mecanismos de ouvidoria e de combate à tortura e ao crime organizado no estado e a nível nacional, é aberta a caixa de pandora, com os desdobramentos da operação Terra Roxa.

Conforme consta no Dossiê:

A ação foi derivada da Operação Terra Legal, deflagrada em Dezembro de 2016, ocasião em que foram apreendidas várias armas de fogo e farta munição, inclusive de calibre .762 (fuzil), tendo sido presos naquela oportunidade três envolvidos em virtude de prisão temporária. Segundo os Delegados que coordenam a operação, a ação visa coletar elementos de prova em inquérito policial instaurado para apurar os crimes de organização criminosa, extorsão, tortura, porte e disparo de arma de uso restrito. O principal fato ocorreu em 10 de novembro de 2016, quando integrantes da referida organização torturam brutalmente assentados do assentamento Margarida Alves localizado no município de Nova União - RO. (MST-COMEAFES, 2017, p. 16).

Conforme informado pelo Delegado Regional da Polícia Civil, Júlio Cesar, “Todos os dez detidos foram indiciados por esbulho possessório. Por organização criminosa, foram seis pessoas indiciadas, e três delas responderão por tortura e extorsão qualificada, que é o fato principal investigado” (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>13</sup>. Depois destes fatos ocorridos e com as operações em curso, os invasores não deram trégua e elevaram as suas pretensões com ameaças veladas e diretas.

Com base nas informações contidas no Inquérito Policial, que corre em desdobramento da operação Terra Roxa, constata-se que há um consórcio poderoso formado pelos que têm a tarefa de promover as invasões e fazer a retirada da madeira, pelos que fazem a recepção e venda desta madeira e pelos que almejam ficar com a terras.

Estes três perfis de atores envolvidos e os interesses por trás desta ação já foram definidos pelo o IPAM em 2006:

Os principais articuladores da expansão do desmatamento tal como é hoje praticado encontram-se, embora em diferentes degraus, no topo da cadeia da grilagem. Vamos chamá-los de “empreendedores”. Eles podem ser tanto indivíduos estabelecidos há muito tempo nas zonas de colonização e nas cidades ao longo das rodovias, cuja

---

<sup>13</sup> Informações fornecidas pelo Delegado com base do Inquérito Policial.

fortuna está vinculada à exploração madeireira, à pecuária, ao comércio de produtos agrícolas etc., quanto pessoas físicas, firmas ou corretores provenientes da capital do estado ou de todo o país, às vezes profissionais liberais ou políticos que já possuem capital investidos em terras e pecuária, nas suas regiões de origem. (IPAM, 2006, p. 27)

Para o MST, trata-se de uma dinâmica cultural antiga que tem como objetivo fazer a espoliação da natureza. Esta forma de agir se convencionou chamar de grilagem de terras, em que o centro da ação é escalonado pela limpa da mata, plantio da pastagem e depois a tomada definitiva do território.

Esta cultura da grilagem de terras, tendo como centro a disputa por território, localiza-se no processo de expansão do agronegócio, “[...] que fez impulsionar os conflitos agrários, somados à grilagem de terras públicas em áreas protegidas [...]” (SILVA E DANDOLINI, 2018, p.474).

E foi com base neste diagnóstico e inúmeras conversas e consultas a entidades amigas, pesquisadores e pesquisadoras, professoras e professores, movimentos sociais parceiros, que o assentamento e os três acampamentos, em conjunto com o MST, tomam a decisão mais dolorosa deste processo, cercar a reserva, distribuindo as 260 famílias que ali estão acampadas, e abrir junto ao INCRA e MPF uma forma de criar um assentamento na área da reserva e compensar, Remanejar esta mesma quantidade de área em outra região dentro da mesma bacia hidrográfica.

A ocupação da área da reserva cumpriria duas tarefas: (i) criar uma estrutura que desse mais proteção à reserva, com a presença de pessoas em todos os locais de acesso à área e; (ii) “retirar” as famílias acampadas do processo de vulnerabilidade social, por meio da produção.

O processo de diálogo com o INCRA e MPF já tinha sido aberto. A princípio, todas as energias estavam canalizadas para a busca da resolução de dois problemas: (i) a forma de manter ou compensar a reserva; e (ii) a busca pelo assentamento das famílias do acampamento Margarida Alves II, conforme consta em tratativas registradas nas atas de reuniões.

Mais havia uma pedra no caminho e, para a surpresa das famílias do MST, o INCRA, de forma sorrateira, quebrando todo o processo em curso de diálogo, coloca as famílias do Hugo Chaves, Egídio Brunetto e Silvio Rodrigues na mesma vala daqueles que ao longo de 20 anos, espoliaram e saquearam a reserva, pedindo na Justiça Federal a reintegração de da área posse no dia 03 mês de abril 2019 que tem dias contados para ser cumprida.

Diante do atual cenário, o futuro dessas famílias está balizado por dois caminhos possíveis: (i) serem derrotadas e derrotados na luta em defesa - ou conquista - daquele território e, como desdobramento, serão criminalizadas por crimes ambientais em função do uso da área para retirada de seu sustento: a norma do Direito aplicada de forma manualesca, que não “apalpa” e não “vê” os problemas do povo em sua dimensão histórica e social, tende a ser uma

norma injusta; (ii) ou, terem êxito em sua jornada e se tornarem sujeitos com dignidade, mesmo que, para isto, seja preciso contrariar uma norma ambiental como área de preservação intocável e implantar a área de produção com preservação das matas ciliares e áreas integradas com sistemas agroflorestais.

Sem a pretensão de colocar ponto final na discussão aqui proposta, como uma reflexão, lanço as seguintes indagações: que destino terá a reserva em bloco do assentamento Margarida Alves? Ela terá o mesmo destino das reservas dos assentamentos Novo Amanhecer – Ariquemes ou Martin Pescador - Urupá -, que foram invadidas por terceiros e devastadas sem nenhum cuidado com as nascentes e os rios? Os assentados, ali, ficaram sem reserva, mesmo após a luta de vários anos na busca pela preservação, perderam o meio ambiente e o território. E a questão mais importante: que destino terão as famílias dos acampamentos Hugo Chaves, Silvio Rodrigues e Egídio Brunetto?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, buscamos entender a realidade vivenciada no Assentamento Margarida Alves na tentativa de preservação da reserva, trouxemos alguns elementos para apresentar a realidade sem ter a audaciosa intenção de esgotar a discussão sobre o tema, mas, isso sim, abordar o espaço, aberto para críticas e novas interpretações e pesquisa da realidade. O assentamento já foi alvo de várias pesquisas nacionais e internacionais das mais diversas áreas. No entanto, tentei demonstrar que as ações que estão ocorrendo naquele espaço são fruto de um processo de resistência e manutenção do território, que foi conquistado anteriormente e que com as mudanças no processo do cuidado, foram estabelecendo discussões e ações a fim de garantir a continuidade da posse da área.

Com o trabalho, entende-se que o processo de preservação de reservas passa por uma luta que pode chegar a situações muito complexas, e que, por vezes, dado suas particularidades, pois, nesta empreitada, muitos arriscam as suas próprias vidas na tentativa de salvar a floresta e que por verem que o estado omissivo, não colabora com o processo preservação, resolvem buscar formas de minimizar o conflito e apelam para soluções alternativas para tentarem resolver a situação com a ocupação humana para manutenção do território e áreas de preservação das nascentes dos rios e matas ciliares e produzir alimentos.

O conflito em torno da área continua patente com várias interpretações entre os órgãos oficiais e só o tempo e as correlações de forças envolvidas dirão qual será o futuro daquele

território. Mas o caminho até então trilhado foi uma forma encontrada para tentar minimizar o conflito instalado na região.

Entre o cuidado com a natureza e o cuidado com a vida, o conflito vai envolvendo a comunidade e a sociedade para ajudar a resolver o impasse através do debate. Assim, em razão das preocupações com a área, assentados e acampados apoiam-se mutuamente a fim de que se encontrem soluções para o problema do acesso à terra destes acampados, expulsos forçadamente pela pistolagem e, ao mesmo tempo, solucione a vulnerabilidade da ARL.

## **LUCHA POR LA RESERVA DE MARGARIDA ALVES SE ESTABLECE EN RONDONIA**

### **RESUMEN**

El presente trabajo tiene como objetivo discutir los esfuerzos realizados por el Asentamiento Margarida Alves, en Rondônia, en defensa de su reserva legal. Desde el establecimiento del asentamiento en 1997, la reserva ha sido objeto de disputas que involucran diferentes intereses en torno a sus posibles usos, involucrando a agentes externos y del asentamiento, así como a familias sin tierra vulnerables por desalojos forzados por la pistolaje. Para el desarrollo de este empeño, se llevaron a cabo investigaciones bibliográficas, observaciones de campo e investigaciones documentales, así como materiales de lectura que nos dan una visión general de la dinámica que se desarrolla en el asentamiento de Margarida Alves.

**Palabras clave:** Reforma Agraria; Asentamiento; Reserva legal; Conflictos sociales.

### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de. **A vida e a produção no assentamento Margarida Alves em Nova União**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Porto Velho, 2015.

BASSEGIO, Luiz; PERDIGÃO, Francinete. **Migrantes Amazônicos Rondônia: trajetória da ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A Pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Educ. Popular**. Uberlândia, v.6, p. 51-62, jan. /dez. 2007.

CINTRA, Jorge Pimentel. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. **Bol. Ciênc. Geod.**, sec. Artigos, Curitiba, v. 18, nº 3, p.421-445, jul-set, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bcg/v18n3/05.pdf>> acesso em 08 de agosto de 2019.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil** – a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014. 154 f. Dissertação (mestrado em história e estudos culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

DEMO, Pedro. **Cuidado metodológico: signo crucial de qualidade. Sociedade e Estado** [on line]. Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000200007)> Acesso em: 20 nov. 2018.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

IPAM. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira** /Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. – Brasília: MMA, 2006. 108 p.: il. color. 28 cm + 2 lâms. (Série Estudos, 8)

MST-COMEAFES. **Dossiê informativo sobre processos desencadeados envolvendo o Assentamento Margarida Alves**. Ouro Preto do Oeste, setembro de 2017.

NOBREGA, Renata da Silva. **“Entra na roda”: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia**. 2016, 250 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

OLIVEIRA, Luiz R. de; BURSZTYN Marcel. “Conflitos socioambientais nas reservas legais em bloco: o caso do PA Margarida Alves, em Rondônia”. In: Theodoro S.H. (org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: do mel ao sangue extremo da expansão capitalista**. 2. ed. Mato Grosso, 2005.

SILVA, Alex Sandro P. **Ensino Médio Com Mediação Tecnológica Em Rondônia - EMMTEC: Um Estudo Sob A Ótica Dos Princípios Constitucionais Da Educação**. Monografia (Monografia em Direito) – UEFS. Bahia: 2018.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010**. 2010. 222 f. Tese (pós-graduação em geografia humana) – faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, R. G. da C.; DANDOLINI, Gustavo. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito e Práxis**. vol. 9, n.1, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n1/2179-8966-rdp-9-1-461.pdf> Acesso em: agosto de 2019.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. 2011. 192 f. Tese (doutorado) – faculdade de ciências e letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense** (1970-2010). Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15943/1/LutaTerritorializacaoResistencia.pdf>. acessado em: 05 jun. 2019.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 82-103.

TEIXEIRA, Lucineida da Silva. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girião (1970-2004). 2015. 152 f. Dissertação (mestrado em história) – faculdade de filosofia e ciências humanas, programa de pós-graduação em história. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.